

## O DEBATE BRASILEIRO ACERCA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA CARACTERIZAÇÃO ENTRE 2000 E 2012

**Caroline Gut Rossi (Rossi, C.G.)**

Mestre em Economia, Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba.  
Endereço: Rua Arnold Gut Junior, 3171, Várzea Paulista, Brasil. CEP: 13224-350.  
Telefone: +55-11-99516-9664  
E-mail: [carolgut@gmail.com](mailto:carolgut@gmail.com)

**Antônio Carlos Diegues (Diegues, A.C.)**

Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.  
Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia  
E-mail: [diegues@unicamp.br](mailto:diegues@unicamp.br)

**RESUMO:** A indústria brasileira tem sofrido transformações nas últimas décadas que levaram a um intenso debate acerca de um possível processo de desindustrialização. Alguns autores acreditam que o país tem enfrentado um processo de desindustrialização, enquanto outros defendem que este é apenas um período de ajuste enfrentado pela economia e que não caracterizaria tal fato. Nesse contexto, o presente artigo tem o objetivo de apresentar um estudo sobre o pensamento brasileiro a respeito da desindustrialização no país, no período de 2000 a 2012. Para tal, são apresentadas as análises a partir de cinco diferentes correntes de acordo com suas respectivas linhas de argumentação: novo desenvolvimentistas, social desenvolvimentistas, liberais, elite empresarial e tecnocracia estatal. Com base nesta classificação, são analisadas para cada uma das correntes interpretações acerca da

(i) ocorrência da desindustrialização, (ii) do papel da indústria no desenvolvimento econômico, (iii) fatores que levaram à desindustrialização (ou à perda de dinamismo da indústria) e (iv) soluções para o fenômeno.

**Palavras Chave:** Desenvolvimento Econômico; Desindustrialização; Economia Brasileira.

DOI nº 10.5935/1981-4747.20180001

Recebimento: 20/10/2015

Aprovação: 06/06/2018

## **BRAZILIAN DEINDUSTRIALISATION: THE DEBATE AND CHARACTERIZATION BETWEEN 2000 AND 2012**

**ABSTRACT:** The Brazilian industry has undergone changes in recent decades that have led to an intense debate about a possible process of de-industrialization. Some authors believe that the country is facing a process of deindustrialisation, while others argue that this is just a period of adjustment faced by the economy and would not characterize this fact. In this context, this article aims to understand the main lines of argument in the debate on the subject between 2000 and 2012. Therefore, it was made an extensive literature review to identify key authors and schools of thought within the theme: new developmentalist, social developmentalist, liberal, business elite and state technocracy. Using this framework, in each of these analytics groups we intend to analyse questions as (i) deindustrialization occurrence, (ii) the importance of industry in economic development, (iii) conditions that contributed to deindustrialization (or to low industrial dynamism) and (iv) actions to solve this problem.

**Key Words:** Economic Development, Deindustrialization, Brazilian Economy.

### **INTRODUÇÃO**

A suposta desindustrialização brasileira tem sido um tema cada vez mais presente dentro da literatura econômica nacional. A preocupação com uma possível desindustrialização ganhou força na década de 1990, quando, após a abertura econômica e financeira, a queda da participação da indústria no valor adicionado do país se acentuou. Desde então, diversos economistas têm se dividido entre diferentes pontos de vista que tentam explicar como se deu a evolução da indústria brasileira nas últimas décadas e como isso tem afetado (ou não) o desenvolvimento nacional. A combinação de juros elevados, câmbio sobrevalorizado e redução das tarifas de importações na década de 1990 reacendeu o debate sobre as consequências da abertura econômica para uma economia em desenvolvimento como a do Brasil. Com menor participação da indústria no produto interno bruto (PIB), a economia brasileira pode ter perdido dinamismo e comprometido seu potencial de crescimento, tendo em vista a importância da indústria de transformação (IT) para o desenvolvimento de uma economia.

O objetivo deste artigo é apresentar um estudo sobre o pensamento brasileiro a respeito da desindustrialização no país, no período de 2000 a 2012, organizando-o em cinco diferentes grupos de acordo com suas respectivas linhas de argumentação. Tradicionalmente, o debate tem sido dividido em duas principais correntes: os que acreditam que o Brasil passa por um processo de desindustrialização e os que defendem que este processo não pode ser classificado como tal. A ideia aqui expressa é a de que ao tornar o debate dicotômico, argumentos seriam perdidos já que

não haveria identificação de algumas partes com o todo, uma vez que há diferentes opiniões que não se encaixam perfeitamente em um dos lados do debate. Nesse sentido, realiza-se um agrupamento das correntes de pensamento de maneira que haja mais identificação dos argumentos de um mesmo grupo.

A fim de estruturar o debate acerca da desindustrialização este artigo procura inicialmente expor o papel da indústria no processo de desenvolvimento econômico. A seção 1 contempla os diversos motivos pelos quais a indústria de transformação é considerada por diversos autores como o setor catalisador do crescimento econômico. Com o intuito contribuir para o debate da desindustrialização no Brasil, a seção 2 apresenta o pensamento brasileiro a respeito da desindustrialização no país, no período de 2000 a 2012, organizando-o em cinco diferentes grupos de acordo com suas respectivas linhas de argumentação. Nesse sentido, ao invés de organizar o debate de maneira dicotômica, a seção propõe que os grupos de discussão sejam subdivididos em duas taxonomias: (1) de acordo com a corrente acadêmica, tem-se: (i) social desenvolvimentistas, (ii) novos desenvolvimentistas e (iii) liberais; e de acordo com a instituição, tem-se: (iv) tecnocracia estatal e (v) elite empresarial<sup>1</sup>. As seções 2.1 até 2.5 mostram com maiores detalhes quais os argumentos de cada corrente de pensamento e como cada uma caracteriza o processo de desindustrialização brasileiro. Em seguida são apresentadas algumas considerações finais.

## **1. INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO**

Antes que se exponha o problema da desindustrialização, é importante compreender o papel da indústria no processo de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico está diretamente ligado ao crescimento do PIB já que, para que um país cresça e se desenvolva, é necessário, entre outros, um aumento do PIB associado a um aumento da distribuição de renda, que fará com que a qualidade de vida de sua população se eleve, bem como o número de empregos e o estímulo a outros setores.

O crescimento do PIB segundo a visão de Rowthorn (1999), Kuznetz (1966) e Furtado, tende a atravessar uma sequência típica de três fases (Rowthorn e Ramaswany, 1999; Tregenna,

---

<sup>1</sup> Essa taxonomia se baseia na classificação dessas correntes segundo alguns critérios: papel da indústria no desenvolvimento econômico, ocorrência ou não de desindustrialização, causas da desindustrialização e soluções para esse fenômeno. Dessa maneira, procurou-se agrupar autores e instituições de acordo com a proximidade das ideias expressas em seus trabalhos publicados.

2009). A primeira fase do desenvolvimento econômico, segundo essa visão, é marcada pela grande presença do setor primário no PIB, que apresenta aumento progressivo de produtividade. Com o passar do tempo, devido ao fato de necessitar de menos capital humano para gerar o mesmo produto de antes (explicado pelo aumento da produtividade), o setor agropecuário libera mão de obra excedente que se desloca para a área urbana, ocupando-se no setor industrial e em menor medida no setor de serviços. Nesse contexto, a segunda fase do desenvolvimento é caracterizada pelo aumento da produtividade do setor industrial que, assim como o setor primário na fase anterior, aumenta sua produtividade e passa a liberar mão de obra excedente para o setor ainda em crescimento: nesse momento o setor de serviços. A terceira e última fase do desenvolvimento econômico é marcada pelo aumento da participação do setor terciário – serviços – no PIB. Com o aumento da produtividade da indústria de transformação e tendo em vista seus retornos crescentes de escala, boa parte da mão de obra é deslocada para o setor de serviços.

Essa última fase do desenvolvimento econômico, em que a indústria perde participação relativa no produto total da economia (porém sem perder em termos absolutos), é chamada de pós-industrialização ou desindustrialização (Palma, 2005). Segundo essa visão, a indústria perde participação relativa no produto da economia de uma maneira “natural”, ou de maneira já esperada, sem que a diminuição do seu ritmo de crescimento prejudique outros setores e o desenvolvimento econômico, como consequência de um exitoso processo de industrialização.

Para autores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) como Prebisch (1949), entretanto, o processo de desindustrialização não pode ser considerado “normal”, uma vez que a indústria é um setor chave para o desenvolvimento econômico. Para este autor, o processo de desenvolvimento e industrialização está condicionado à estrutura produtiva do país em questão. No caso da América Latina e seus países de industrialização tardia, as relações de trocas comerciais com países já industrializados como os EUA e UE comprometeram a instalação de um parque industrial robusto e capaz de espriar dinamismo ao restante da economia.

Para Prebisch (1949), a indústria representa o setor chave para o desenvolvimento econômico à medida que o progresso técnico e a produtividade nas atividades industriais crescem a taxas superiores às das atividades agrícolas. Além disso, o setor industrial gera empregos com maiores salários e bens de maior elasticidade renda da demanda, garantindo a absorção da produção conforme o aumento da renda per capita da população.

Segundo Benavente *et al* (2010), pesquisadores da CEPAL, os autores neoclássicos têm subestimado o papel dos países latino americanos durante as políticas industriais do período pós-guerra e as realizações alcançadas durante o processo de industrialização por substituição de importações (ISI). Segundo Cimoli *et al* (2005), o que determina o desempenho de uma economia com relação à economia internacional é sua capacidade de promover mudanças estruturais em conformidade com as tecnologias dominantes no período. Ou seja, segundo a CEPAL, cada país pode seguir uma trajetória única de crescimento e desenvolvimento, que é determinada em grande parte pela sua capacidade de absorver as evoluções tecnológicas internacionais e pelos fatores históricos. Dessa maneira, a perda de participação do setor industrial em detrimento do ganho de participação dos serviços no produto e emprego de uma economia não poderia ocorrer de maneira natural. Isso porque a indústria representa um papel único de promover e difundir as inovações tecnológicas que são incentivadas no ambiente industrial.

De acordo com as leis de Kaldor (1967), existem características exclusivas do setor industrial que o tornam fonte de dinamismo e motor do crescimento de longo prazo. As leis de Kaldor foram desenvolvidas na década de 1960 e 1970, e surgiram em decorrência de estudos estatísticos desenvolvidos pelo autor. Thirlwall (1983) classificou os apontamentos feitos por Kaldor como “leis de Kaldor”, que consistem nas seguintes proposições que explicam a importância do setor industrial para a economia como um todo: (i) há uma correlação positiva entre crescimento da indústria e crescimento do PIB; (ii) existe uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade na indústria e o crescimento do PIB industrial (lei de Kaldor-Verdoorn); (iii) há uma relação positiva e direta entre as taxas de crescimento das exportações e do PIB; (iv) ao invés da oferta, o que restringe o crescimento manufatureiro e o balanço de pagamentos é a demanda agregada (Thirlwall, 1983).

De uma maneira geral, Kaldor identifica como ponto central de sua abordagem o fato da indústria possuir retornos crescentes à escala, o que influenciaria o crescimento da produtividade de toda a economia. Portanto, a indústria funciona como propulsora do desenvolvimento econômico à medida que impulsiona a si mesma e cria incentivos que incentivam, em graus variados, as demais atividades, sendo o motor do crescimento econômico (Thirlwall, 1983). Além disso, tendo em vista que a elasticidade-renda dos bens manufaturados é maior do que a elasticidade-renda de *commodities* e produtos primários, a industrialização se torna necessária

também para aliviar a restrição ao balanço de pagamentos (McCombie e Thirlwall, 1994; Thirlwall, 2005). Nesse sentido, a desindustrialização poderia representar, aos moldes da interpretação kaldoriana, um entrave ao crescimento econômico sustentado.

O fenômeno da desindustrialização pode ser interpretado de diversas formas e há, na literatura econômica, diferentes definições para tal. Segundo Rowthorn e Wells (1987) e posteriormente Rowthorn e Ramaswamy (1999), a desindustrialização se dá devido ao diferencial nos níveis de incremento da produtividade do trabalho dos setores industrial e de serviços. Assim, o caminho “natural” percorrido pelas economias até chegar à maturidade conta com a maior taxa de crescimento da produtividade do trabalho do setor manufatureiro frente a outros setores, o que reduz os preços dos bens manufaturados. Nesse contexto, o setor manufatureiro diminui seu emprego total e o preço dos bens, já que alcança altos níveis de produtividade, porém continua sendo o centro de progresso técnico da economia.

Segundo Nassif (2008)<sup>2</sup>, a desindustrialização de um país não representa necessariamente um fenômeno negativo, uma vez que pode se dar em consequência de um trajeto natural de uma economia. Esse trajeto aconteceria à medida que o país se desenvolvesse a alcançasse níveis suficientes e sustentáveis de renda *per capita*, de maneira que, com uma indústria madura, o setor de serviços passaria a ocupar a maior participação no PIB e no emprego do país. Dessa maneira, aos poucos o setor manufatureiro teria menos espaço relativo do que o setor de serviços no valor adicionado da economia, o que geraria um processo “natural” de desindustrialização. A desindustrialização, portanto, seria compatível com o crescimento em termos físicos da produção industrial. Ou seja, o processo de desindustrialização ocorreria quando o setor industrial crescesse relativamente menos que os outros setores da economia, perdendo importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado (VA) (Oreiro e Feijó, 2010).

Cano (2012) ressalta a existência dessa desindustrialização “positiva ou normal” a qual seria consequência de um exitoso processo de industrialização que, ao ser concluído, faria com que a economia caminhasse para novos cenários em que a indústria perderia peso relativo para o setor de serviços. No caso do Brasil, porém, preocupa-se com a possibilidade de que a perda de dinamismo recente apresentada pela indústria nacional não seja decorrente de uma desindustrialização “natural”, mas sim “precoce”. De acordo com Rowthorn (1994), a desindustrialização ocorre quando há queda do emprego industrial no emprego total, e isso

---

<sup>2</sup> Baseado em ideia formulada inicialmente por Clark, 1957.

ocorreria quando a economia atingisse o patamar de renda per capita de US\$ 12.000 em dólares de 1991. Nesse sentido, uma vez que o país não pode se considerado desenvolvido e nem maduro nos moldes de Rowthorn (1994), a perda de dinamismo industrial é considerada preocupante já que este setor é responsável por grande parte do desenvolvimento de uma nação.

As causas e consequências desse fenômeno têm sido apontadas por diversos estudos que se dividem em duas principais linhas de argumentação: os que defendem a existência do fenômeno e os que acreditam que ele não existe. Oreiro e Feijó (2010) analisaram o debate sobre desindustrialização no Brasil e identificaram duas posições claramente definidas a respeito desse processo, suas causas e consequências. Para os autores, o debate é dividido entre “economistas (keynesiano)-desenvolvimentistas” e “economistas ortodoxos”. Resumidamente, os primeiros acreditam que a combinação entre abertura financeira, valorização dos termos de troca e câmbio apreciado desencadearam um processo de perda da indústria brasileira, enquanto a segunda corrente defende que a abertura econômica sofrida na década de 1990 não teve efeito negativo sobre a indústria à medida que permitiu a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados.

## **2. DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: AS DIFERENTES VISÕES**

A divisão do debate em duas principais linhas de argumentação pode limitar as interpretações e rotular visões que fujam desse eixo central. Nesse contexto, é importante analisar o debate de maneira mais ampla para que diferentes pontos de vista acerca da desindustrialização sejam examinados. Uma possível solução seria dividir os estudos conforme sua linha de pesquisa e argumentação ou sua instituição, respeitando assim os diferenciais de cada um.

Como alternativa este artigo analisa as obras que tratam do tema da desindustrialização a partir de cinco principais grupos, divididos em duas taxonomias. A primeira classificação é baseada em trabalhos e grupos acadêmicos e procura dividir os autores ou linhas de pesquisa segundo argumentos utilizados para justificar o papel da indústria no desenvolvimento econômico, a ocorrência ou não de desindustrialização, causas da desindustrialização e soluções para esse fenômeno. São eles: (i) social desenvolvimentistas, (ii) novos desenvolvimentistas e (iii) liberais. Uma segunda taxonomia busca entender como os grupos de instituições se comportam frente aos mesmos pontos: a (iv) tecnocracia estatal e a (v) elite empresarial.

A principal característica da corrente **social desenvolvimentista** é apontar a abertura comercial e financeira da década de 1990 como responsável por enfraquecer a produção industrial interna. Além disso, esse grupo de pensamento classifica a indústria como o setor chave da economia, sendo o principal responsável pelo desenvolvimento do país. Entre alguns expoentes dessa linha argumentativa estão trabalhos publicados por autores vinculados à Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP<sup>3</sup>, como Wilson Cano<sup>4</sup>, Fernando Sarti<sup>5</sup> e Célio Hiratuka<sup>6</sup>. Segundo essa linha de interpretação, a indústria funciona como motor propulsor do desenvolvimento de uma economia e é fundamental que a indústria brasileira se recupere da recente crise sofrida. Devido aos seus efeitos multiplicadores e linkages para frente e para trás, a indústria é considerada como o principal meio de desenvolvimento dos outros setores e da economia como um todo. Sendo assim, o fenômeno da desindustrialização, para esta corrente, é preocupante já que compromete todos os setores da economia.

Os autores **novo desenvolvimentistas** acreditam, assim como os social desenvolvimentistas, que a indústria é um setor-chave para a economia. Entretanto, o principal responsável pela deterioração da indústria brasileira seria a taxa de câmbio sobrevalorizada dos últimos vinte anos, diferentemente dos social desenvolvimentistas, que apontam a taxa de câmbio sobrevalorizada apenas como um dos fatores que agravaram a desindustrialização. Seus principais representantes são Bresser-Pereira<sup>7</sup> e Marconi<sup>8</sup>, que sugerem, entre outras medidas, a criação de uma taxa de câmbio de equilíbrio que possibilitará à indústria brasileira se reerguer frente ao comércio internacional.

---

<sup>3</sup> Apesar de, a rigor, em alguns casos alguns autores não se auto intitulem expressamente como social desenvolvimentistas, seus trabalhos foram agregados neste grupo devido à similaridade entre suas linhas de interpretações e ao fato destes desenvolverem-se no âmbito de uma instituição percebida pelos seus pares acadêmicos como vinculada à corrente acadêmica que se convencionou denominar de social desenvolvimentista. Esta mesma restrição apresentada para se justificar a classificação dos autores como pertencentes à linha de interpretação social desenvolvimentista também se aplica ao esforço de classificação dos autores nos demais grupos (novo desenvolvimentistas, liberais, tecnocratas e elite empresarial).

<sup>4</sup> “Professor titular da Universidade Estadual de Campinas e consultor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo”. Fonte: Biblioteca Virtual Fapesp.

<sup>5</sup> Diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT-IE-UNICAMP) e da Rede Mercosul. (Fonte: Plataforma Lattes).

<sup>6</sup> Professor da Universidade Estadual de Campinas. (Fonte: Plataforma Lattes).

<sup>7</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas – FGV (SP) onde ensina economia, teoria política e teoria social. É presidente do Centro de Economia Política e editor da Revista de Economia Política desde 1981. Escreve coluna quinzenal da Folha de S. Paulo. Em 2010 recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Buenos Aires. Foi Ministro da Fazenda, da Administração Federal e Reforma do Estado, e da Ciência e Tecnologia. Fonte: <[www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br)>

<sup>8</sup> Professor da FGV (SP) e professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.” Fonte: Plataforma Lattes.



Já os autores da visão **liberal**, representantes principalmente de instituições como a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo, defendem que a indústria brasileira não tem sofrido uma desindustrialização, uma vez que há uma tendência internacional de queda do peso da indústria no PIB dos países. Portanto, acreditam que as transformações sofridas pela IT no Brasil na década de 1990 não caracterizam uma desindustrialização, já que apenas seguiu-se uma tendência mundial. Seus principais representantes são Régis Bonelli<sup>9</sup> e Samuel Pessoa<sup>10</sup>.

As ideias da visão da **tecnocracia estatal** são apresentadas principalmente por instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Segundo essas instituições, os dados da economia brasileira não apontam para um movimento expressivo de desindustrialização. Analogamente à corrente liberal, esta acredita que a economia brasileira tem seguido uma tendência de maior intercâmbio comercial, o que gera aumento das importações para atender ao mercado interno e não caracteriza um processo de desindustrialização.

Já a visão da **elite empresarial** é representada por instituições como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Indústria (IEDI). Ambas defendem que a desindustrialização brasileira é reversível, apesar da década de 1980 ter representado um grande retrocesso à indústria ao utilizar medidas de combate à inflação que desaceleravam a economia.

## **2.1 Social desenvolvimentistas**

A corrente social desenvolvimentista vê a indústria como o principal vetor de crescimento econômico nos países em desenvolvimento (PED) como o Brasil. Essa corrente tem em comum a ideia de que o processo de desenvolvimento econômico está diretamente ligado à industrialização, que, por sua vez, pressupõe algum grau de intervenção e de coordenação pública e que se constitui na principal via para o desenvolvimento econômico e social (Sarti e Hiratuka, 2011).

---

<sup>9</sup> Pesquisador do IBRE-FGV (RJ). Fonte: <portalibre.fgv.br>

<sup>10</sup> Pesquisador sênior do IBRE-FGV (RJ). Fonte: Plataforma Lattes.

De acordo com essa corrente de pensamento, a desindustrialização sofrida pela economia brasileira é um fato que prejudica o desenvolvimento de longo prazo à medida que limita a expansão da indústria como motor do crescimento econômico, impedindo que o país se desenvolva. Além disso, essa visão acredita que a abertura financeira e comercial sofrida pela economia brasileira no início dos anos 1990 foi a grande responsável pelo avanço da desindustrialização nos anos subsequentes.

Comin (2009) acredita que a trajetória da desindustrialização brasileira é única, diferente da observada nos vizinhos latino-americanos. No caso do Brasil, o recuo da desindustrialização se dá de forma parcial e não absoluta como na maioria dos vizinhos que haviam se beneficiado da industrialização por substituição de importações (ISI), de maneira que a maturidade alcançada nessa fase não recuou, tampouco avançou. Dessa maneira, quando se compara a trajetória da indústria brasileira à dos países asiáticos em termos de ritmo desenvolvimento, é notável que o Brasil não foi capaz de manter o mesmo dinamismo (Comin, 2009).

Para Cano (2012), o Brasil está enfrentando uma desindustrialização precoce e nociva que causa um sentido regressivo ao progresso econômico, como provado pela queda de participação da indústria de transformação (IT) no PIB. As principais causas da desindustrialização, segundo Cano (2012) são: a política cambial implantada a partir do plano real (cambio excessivamente valorizado), a abertura comercial a partir da década de 90 (que complementou o efeito nocivo do câmbio valorizado), as altas taxas de juros (que inibem o investimento) e o investimento direto externo (IDE) que, em sua maioria, tem se destinado aos investimentos em carteira, títulos privados e dívida pública – garantindo um caráter especulativo ao investimento -, o que diminui o ritmo de expansão da indústria. Além da fuga para os investimentos em carteira, grande parte do IDE global da última década se deslocou para a China em busca de mão de obra barata, câmbio desvalorizado e alta competitividade, o que também prejudicou o desenvolvimento da indústria nacional. O investimento interno seguiu a mesma tendência, se concentrando em setores de serviços e especulativos, deslocando-se da IT. Uma das consequências desse cenário, segundo Cano (2012) é a perda de competitividade das exportações brasileiras juntamente com aumento das importações de produtos manufaturados (principalmente insumos industriais de toda ordem).

As conclusões a que chega Cano (2012) são que, num período de crise internacional, não há como o país tomar atitudes liberais, pelo contrário: deve ser interventor e controlar a economia. O autor mostra que os países que obtiveram sucesso na consolidação da empresa

nacional (como Alemanha, Japão e Coréia do Sul), o fizeram num momento em que as circunstâncias internacionais eram outras e, além disso, só abriram seus mercados quando já havia estabilidade e uma empresa nacional consolidada. Além do cenário favorável, esses países gozaram de intenso investimento e protecionismo estatal, que financiavam o capital industrial. Com isso, Cano destaca que foi de extrema importância o papel do Estado Nacional no processo de desenvolvimento e industrialização das economias hoje desenvolvidas.

Comin (2011) aponta, em entrevista concedida por Wilson Cano, que a solução para a crise na indústria nacional deve passar por um aumento do investimento. No mesmo sentido, Cano (2012) ressalta que o Brasil só pode superar o quadro de desindustrialização se a política macroeconômica for condizente com a política industrial, de maneira que as duas estejam em sintonia com os mesmos objetivos.

De maneira complementar, as contribuições de Sarti e Hiratuka (2011) procuram analisar as transformações da estrutura produtiva brasileira para além dos limites que circundam o debate sobre a desindustrialização. A principal limitação deste debate seria a negligência por parte da literatura e dos especialistas no tema do impacto das transformações no sistema produtivo global nas perspectivas de desenvolvimento do parque produtivo nacional. Dentre estas transformações destacam a reconfiguração das cadeias globais de produção com o deslocamento das atividades produtivas em direção à Ásia – principalmente à China, o acirramento das pressões competitivas internacionais e o reforço das posições competitivas dos oligopólios globais a partir da construção de assimetrias associadas ao domínio de ativos intangíveis como marcas, canais de comercialização e capacitações tecnológicas.

Neste cenário seria necessário repensar as capacitações potenciais e existentes no sistema produtivo nacional bem como a adequação da política industrial, científica e tecnológica para fomentar a criação de assimetrias competitivas num cenário onde coexistem o acirramento da concorrência internacional e profundas transformações nos padrões de organização da produção e acumulação.

## **2.2 Novo desenvolvimentistas**

As obras dos novos desenvolvimentistas, assim como a dos social-desenvolvimentistas, enxergam a indústria como motor propulsor do desenvolvimento econômico. Essa visão pode ser representada principalmente por Bresser-Pereira e outros autores da Fundação Getúlio Vargas, como Nelson Marconi, e também por José Luís Oreiro, professor da Universidade de Brasília.

Para estes, a abertura financeira e comercial e principalmente a manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada no período de 1996 a 2008 são causas importantes da desindustrialização verificada nesse período.

Entre os autores da corrente **novo desenvolvimentista** a tese com maior destaque no debate acerca da desindustrialização é aquela que fundamenta a observação de tal fenômeno a partir da persistente apreciação cambial do real associada às condições favoráveis para a comercialização de *commodities* (aumento da demanda e dos preços internacionais) e às vantagens comparativas que o Brasil já possui nestas atividades. Segundo essa tese, em um cenário de inexistência de políticas industriais que neutralizassem os efeitos de uma eventual doença holandesa, observar-se-ia um processo de especialização da estrutura produtiva doméstica em elos industriais menos complexas. Nesse sentido, o setor de *commodities* promoveria elevados superávits comerciais graças a sua alta competitividade, o que prejudicaria outros setores menos competitivos e que dependeriam de uma taxa de câmbio menos apreciada para se fortalecerem.

A partir deste arcabouço, ao analisar os determinantes do desempenho produtivo brasileiro na primeira década dos 2000s, Bresser-Pereira e Marconi (2010), afirmam de maneira categórica que o Brasil vem se desindustrializando em decorrência da moeda nacional sobreapreciada. Em 2005, Bresser-Pereira mostrou que o aumento das exportações, não obstante a contínua apreciação do real indicava que o país enfrentava a doença holandesa (Bresser-Pereira, 2005). De acordo com o autor, a doença holandesa é um fenômeno que decorre da existência de abundantes recursos naturais que geram vantagens comparativas ao país que os comercializa. Essa abundância, por sua vez, poderia levar o país a se especializar na produção desse tipo de bem e não se industrializar, ou interromper seu processo de industrialização, o que comprometeria o desenvolvimento econômico.

A lógica da argumentação defendida pelos autores desta corrente se sustenta na tese de que teria havido no período uma redução da capacidade de acumulação devido à vigência da doença holandesa e ao prevailecimento de preços macroeconômicos incompatíveis com o incentivo ao crescimento industrial. A redução desta capacidade de acumulação traria consigo a desaceleração dos investimentos produtivos, a conseguinte estagnação da produtividade e a redução da competitividade do parque produtivo local frente às importações. De maneira complementar aos impactos da sobreapreciação da moeda local na competitividade da IT

brasileira, emerge a tese na corrente novo desenvolvimentista que busca justificar tal tendência a partir de um movimento de *profit squeeze*. Segundo essa tese, além dos impactos negativos da vigência de uma taxa de câmbio deslocada do nível necessário para o equilíbrio industrial, o crescimento persistente do salário real acima da produtividade durante a primeira década de 2000 teria comprometido a competitividade e a capacidade de investimento da indústria local.

A solução estrutural para o problema da desindustrialização, segundo Bresser-Pereira e Marconi (2010), seria a reorganização dos preços relativos de modo a potencializar a acumulação de capital na esfera industrial. Por um lado, seria necessário que o crescimento dos salários fosse inferior ao crescimento da produtividade. Por outro lado, seria necessário criar os mecanismos para o prevailecimento de uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Para administrá-la, segundo eles, deve-se “(1) impor imposto na exportação de bens que dão origem à doença holandesa; (2) usar os recursos fiscais decorrentes para zerar o déficit público; (3) baixar a taxa de juros real para o nível internacional; e (4) estabelecer barreiras às entradas de capitais não desejados” (Bresser-Pereira, 2010). O resultado da combinação dessas medidas faria com que a renda dos exportadores de bens primários fosse mantida já que o imposto seria compensado pela depreciação cambial e, aos poucos, a indústria retomaria seu crescimento.

### **2.3 Liberais**

Os principais expoentes da literatura de cunho **liberal** sobre o tema são Régis Bonelli e Samuel Pessoa, ambos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, além de Edmar Bacha, diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças. Em obra publicada em 2010, Bonelli e Pessoa mostram que o Brasil não tem passado por um processo de desindustrialização, ao contrário do que muitos autores afirmam.

Bonelli e Pessoa (2010) defendem que a indústria é o setor mais suscetível a oscilações de curto prazo, influenciado por crises externas ou por medidas políticas. Nesse contexto, as perdas de peso da indústria brasileira sempre estiveram associadas a momentos de crise, já que, segundo os autores “a indústria brasileira é um setor que produz bens elásticos em relação à renda. Assim, nas fases de prosperidade a indústria tende a aumentar de peso na economia. O oposto ocorre nas fases de estagnação e/ou recessão” (Bonelli e Pessoa, 2010).

Esses autores acreditam que as políticas industriais do governo colocaram a indústria brasileira num patamar elevado em relação ao mundial ao fim da década de 1970. As perdas de

participação do valor adicionado e do emprego industrial ao longo das últimas décadas representaram um ajuste aos níveis mundiais condizentes com o grau de desenvolvimento do país e foram acompanhadas, segundo eles, de ganhos substanciais de produtividade que justificam as perdas de postos de trabalho e de empresas. Sendo assim, os movimentos apresentados pela indústria nos últimos anos não representam um processo de desindustrialização, mas ajuste.

Bonelli e Pessoa (2010) apresentam duas justificativas para a perda de participação da indústria no PIB nacional nos últimos anos que, no entanto, descartam o processo de desindustrialização. Em primeiro lugar parte da queda poderia ser justificada pelas descontinuidades na série de dados apresentadas pelo Sistema de Contas Nacionais do IBGE, que tornaram a série de dados incomparável ao longo do tempo. A segunda justificativa seria o uso dos dados correntes, o que desconsidera a mudança nos preços relativos entre a indústria e os demais setores da economia. Assim, a indústria pode ter perdido participação, mas ganhado produtividade.

Para os autores, só seria possível afirmar que o país passa por um processo de desindustrialização caso a participação da indústria continuasse caindo mesmo isolando-a de dois fatores importantes: (i) a instabilidade macroeconômica atravessada pelo país durante parte considerável dos anos 1980 e 1990, e (ii) a tendência mundial de perda de peso da indústria na atividade econômica global.

Em livro recente<sup>11</sup>, Edmar Bacha<sup>12</sup> e Monica Bolle reúnem diversos artigos que mostram interpretações e ensaios sobre o processo de desindustrialização brasileira. Em um dos capítulos, Régis Bonelli, Samuel Pessoa e Silvia Mattos explicam que a queda da participação da indústria no PIB brasileiro pode ter três causas: a primeira delas seria a fraqueza cíclica da indústria na economia global, a segunda a inserção mundial dos bens produzidos com baixos custos de mão de obra na China, Índia e outros países asiáticos com custos de trabalho mais baixos e, por último, a tendência de queda da participação da indústria em contrapartida ao aumento dos serviços no PIB. Ou seja, apontam para uma aceitação, mesmo que breve, do fenômeno de desindustrialização no país.

Em artigo publicado pelo Valor Econômico, Bacha (2013) sugere que as soluções para o problema da indústria brasileira incluem formular uma estratégia para que esta participe das

---

<sup>11</sup> "O Futuro da Indústria no Brasil: Desindustrialização em Debate" (Civilização Brasileira, 2013).

<sup>12</sup> "É economista e diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças. Fonte: <[www.imil.org.br](http://www.imil.org.br)>

cadeias produtivas globalizadas. O autor cita outras possíveis soluções para o problema industrial brasileiro, entre eles a reforma do setor público - que é ineficiente no investimento em infraestrutura -, a necessidade de aumentar a inovação na indústria e os investimentos em educação e defende que é necessário mudar o sistema tributário nacional a fim de diminuir os altos impostos pagos pelas indústrias nacionais.

#### **2.4 A tecnocracia estatal**

O conjunto de estudos que representa a visão da **tecnocracia estatal** concentra obras de instituições como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) entre outras. Um dos principais ícones dessa linha de argumentação é André Nassif, que até o final da década de 2000 acreditava que a economia brasileira não havia enfrentado um processo de desindustrialização decorrente da liberalização comercial dos anos 1990, contrariando algumas argumentações vistas até aqui. Além de Nassif, o IPEA também não acredita que o Brasil passa, indubitavelmente, por um processo de desindustrialização.

Nassif (2008 e 2013) afirma que a indústria de transformação brasileira passou por um processo de perda a partir da segunda metade da década de 80 (como resultado da crise da dívida externa), quando a participação da IT no PIB apresentou significativa queda, que foi acompanhada por uma elevação na participação do setor de serviços no PIB. Segundo o autor, apesar do crescimento recente de setores baseados em recursos naturais e intensivos em trabalho, o que ocorreu no Brasil ao final da década de 80 não pode ser caracterizado como desindustrialização aos moldes pregados pela literatura econômica.

Ainda entre os trabalhos de representantes da **tecnocracia estatal**, Puga (2007) mostra (em trabalho apresentado pelo BNDES) que o coeficiente de penetração das importações (CPI)<sup>13</sup> da economia brasileira, em 2006, era de 5,5%, enquanto o CPI da IT era de 19%. Além disso, o autor nota uma relação importante entre o CPI e a taxa de câmbio: nos anos de 1999 e 2002, em que a taxa de câmbio se desvalorizou, observou-se também forte redução do CPI. O autor chama a atenção para o fato de que esse indicador no Brasil é bem menor do que a média mundial, que era de aproximadamente 14,9% em 2006. Isso significa, de acordo com Puga (2007), que o Brasil apenas tem seguido uma tendência mundial de maior intercâmbio comercial entre os países.

---

<sup>13</sup> O coeficiente de penetração das importações refere-se à parcela do consumo aparente atendida pelas importações.

Em trabalho publicado em 2012, o IPEA discute a desindustrialização sob uma perspectiva ampla e os resultados mostraram que há uma forte associação entre os preços relativos da indústria e da economia como um todo, o que sugeriria que o fenômeno da desindustrialização pode ser exacerbado por efeitos estatísticos. Por outro lado, mostra que a queda da participação do VA no PIB associada ao baixo nível de renda per capita do Brasil sinaliza que pode haver desindustrialização em curso, já que a estrutura das ocupações mudou no sentido da mudança de pessoal ocupado de setores com menor intensidade tecnológica para setores de produtos de alta tecnologia.

Segundo Nassif (2013), as principais razões para o baixo crescimento apresentado pela economia nos últimos anos se devem à perda da importância relativa do setor manufatureiro da década de 1980. Entretanto, se por um lado pode-se considerar que a IT doméstica avançou no sentido de ampliar sua diversidade produtiva desde então, por outro lado a ampliação da lacuna tecnológica - e do déficit comercial em produtos avançados tecnologicamente - do Brasil frente a outros países associada à persistente valorização cambial dos últimos anos pode ser a responsável pela perda de competitividade da IT brasileira no mercado internacional, colocando a economia brasileira num caminho perigoso de *falling behind*. O autor destaca que, segundo a perspectiva kaldoriana, essa combinação de fatores negativos pode levar a economia brasileira a uma desindustrialização precoce que pode se estender pelo longo prazo.

Como sugestão para o problema, Nassif (2013) aponta a adoção de políticas de estímulo da oferta para que se equilibre à demanda, e políticas de longo prazo – industriais, tecnológicas, de educação, infraestrutura etc. – que devem ser bem coordenadas com outras.

## **2.5 Elite empresarial**

O último grupo a ser analisado é a **elite empresarial**, definida por este trabalho como as pelas áreas de pesquisa de instituições como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Indústria (IEDI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Para o IEDI, o crescimento da indústria de transformação exerce um importante efeito de liderar a taxa de crescimento agregada devido a suas características de encadeamento de demandas ao longo das cadeias produtivas dentro e fora da indústria. As instituições compartilham a ideia de que a desindustrialização brasileira é relativa, podendo ser reversível.



Para as instituições, a maior especialização da estrutura produtiva nos segmentos de indústria intensivos em recursos naturais não levou a uma regressão da indústria brasileira do ponto de vista tecnológico. Apesar disso, deve-se destacar que a relação entre valor adicionado e valor bruto da produção caiu, passando de 47,1% em 1996 para 43,3% em 2003. Isso indica que a indústria nacional tem agregado menos valor aos bens produzidos no país, o que é forte indício de uma crise industrial e pode ser derivada de uma desindustrialização relativa, a qual vem ocorrendo desde os anos 1990.

Em um estudo publicado em 2007, o IEDI mostra sinais de que a desindustrialização está aumentando no Brasil. Segundo a instituição, as principais causas para isso são: a política de altas taxas de juros que inibem a demanda agregada e consequentemente inibem o crescimento da indústria e da economia; a tendência de valorização cambial devido às altas taxas de juros, aos altos preços das *commodities* no mercado internacional, e à substituição de produtos nacionais por importados; a falta de estímulo ao investimento privado, causada principalmente pelo baixo crescimento econômico esperado. Segundo o estudo, “nos últimos anos ocorreu um processo de desindustrialização que é fruto da combinação perversa de taxa de juros elevada e câmbio valorizado. Essa combinação inibe a expansão do investimento e das exportações, corroendo a competitividade e levando a perdas de produtividade na indústria” (IEDI, 2007). De maneira geral, o estudo conclui que a abertura econômica da década de 1990 “se não provocou um processo de regressão tecnológica, também não promoveu um “upgrade” em termos de processos produtivos mais sofisticados.” (IEDI, 2007)

Como solução para o problema da desindustrialização, o IEDI aponta que os resultados encontrados reforçam a ideia de que a alavancagem em termos de expansão econômica depende de um aumento no nível da taxa de investimento. Além do investimento, deve haver um esforço no sentido da inovação tecnológica para todos os ramos da indústria, de maneira que o padrão de crescimento do país melhore de maneira generalizada.

Além do IEDI, com grande influência no debate sobre o tema da desindustrialização, destaca-se o posicionamento da FIESP. Ao analisar o desempenho industrial na primeira década dos 2000s, a instituição busca compreender tal fenômeno a partir de uma perspectiva qualitativamente diversa das expressas anteriormente. Suas análises deslocam-se da compreensão da relação entre estrutura produtiva e desenvolvimento em um sentido mais amplo para o exame

(i) do binômio rentabilidade-incentivo ao investimento e (ii) da competitividade do parque produtivo local.

Uma vez que a dinâmica da indústria brasileira no período é compreendida prioritariamente a partir da análise de indicadores associados ao retorno do investimento, questões centrais às correntes social e novo desenvolvimentistas como configuração setorial, capacidade de encadeamento, transmissão dos ganhos de produtividade e diversificação produtiva encontram-se em um plano analítico inferior. É neste sentido que as análises da FIESP acerca de um suposto movimento de desindustrialização na década tem como principal objetivo compreender como a baixa competitividade local afetaria a dinâmica de acumulação industrial.

Entretanto, em documentos e posicionamentos públicos de representantes desta corrente, a compreensão dos determinantes da competitividade local é apresentada quase que fundamentalmente a partir da dimensão dos custos. Em uma perspectiva generalista a ideia é a de que o processo de desindustrialização em curso seria derivado da baixa competitividade relativa local devido à deterioração de inúmeros fatores que comporiam o assim denominado “custo Brasil”. Dentre os responsáveis conjunturais por este movimento pode-se citar uma suposta concorrência – nos termos da FIESP, “desleal” – com os produtos importados e a apreciação da moeda local (até o final da primeira década dos anos 2000), a qual impediria a indústria local de atender o mercado doméstico mesmo em um momento de elevado crescimento (FIESP, 2011).

De maneira estrutural, os posicionamentos da FIESP no debate público sugerem que a alta carga tributária, a elevada taxa de juros, e a dificuldade do ambiente de negócios seriam os principais responsáveis pelo baixo desenvolvimento industrial local. Adicionalmente, também são lembrados fatores como os elevados custos de energia, a rigidez das leis trabalhistas e a baixa qualidade da mão de obra.

Tanto estas lacunas como o processo de desindustrialização, por sua vez, seriam contornáveis caso que uma agenda de competitividade que enfrentasse tais estrangulamentos fosse implementada. Ou seja, uma vez estabelecidas condições para o incremento da atratividade do investimento industrial (via aumento da rentabilidade) o processo de desindustrialização teria um de seus principais fatores desencadeadores interrompido.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo procurou apresentar um estudo sobre o pensamento brasileiro a respeito da desindustrialização no país, no período de 2000 a 2012, organizando-o em cinco diferentes grupos de acordo com suas respectivas linhas de argumentação

O quadro 1 mostra, resumidamente, as principais diferenças entre cada corrente de pensamento. Nele são exibidos quatro critérios de diferenciação entre os cinco grupos: a ocorrência ou não de desindustrialização, o papel da indústria no desenvolvimento econômico, os fatores que levaram à desindustrialização (ou simplesmente à perda de dinamismo da indústria) e as soluções para o fenômeno.

É importante notar que, independente da corrente de pensamento, todos os grupos identificam problemas na indústria nacional que precisam ser corrigidos de alguma forma. Sendo assim, mesmo contrariando a ideia de que o país passa por um processo de desindustrialização, grupos como os liberais e a tecnocracia estatal sugerem soluções para o problema da perda de participação da indústria no produto da economia.

Para os social-desenvolvimentistas, a indústria tem passado por um processo de desindustrialização que se iniciou na abertura comercial e financeira da década de 1990, e compromete o desenvolvimento econômico à medida que limita o setor responsável por gerar multiplicadores e espalhar dinamismo à economia...

Para os novos desenvolvimentistas, assim como os social desenvolvimentistas, a indústria tem papel indispensável no desenvolvimento econômico. Apesar disso, este grupo acredita, de maneira geral, que a taxa de câmbio sobrevalorizada mantida na década de 1990 foi decisiva para a desindustrialização no Brasil.

**Quadro 1 - Síntese do debate sobre desindustrialização.**

<b>Grupo</b>	<b>Ocorrência de desindustrialização no Brasil</b>	<b>Papel da indústria no desenvolvimento econômico</b>	<b>Fatores que levaram à desindustrialização (ou à perda de dinamismo da indústria)</b>	<b>Soluções para o fenômeno</b>
<b>Social desenvolvimentistas</b>	Sim, com graves consequências para a indústria.	Indústria é o setor-chave da economia	Abertura comercial e financeira da década de 1990.	Política industrial, protecionismo estatal e altas taxas de investimento.
<b>Novo desenvolvimentistas</b>	Sim, de maneira reversível.	Indústria é o setor-chave da economia	Taxa de câmbio sobrevalorizada dos últimos vinte anos.	Criação de uma taxa de câmbio de equilíbrio desvalorizada.
<b>Liberais</b>	Inicialmente não, porém há tendência de aceitação recente.	Indústria é o mais importante fator gerador de dinamismo da economia brasileira.	Bonança externa: alto preço das commodities deslocou mão de obra da indústria para os serviços, além dos altos custos de produção que reduzem competitividade brasileira.	Programa de médio prazo de liberalização da economia, aumento dos acordos comerciais internacionais e diminuição do protecionismo.
<b>Tecnocracia estatal</b>	Inicialmente não, porém há tendência de aceitação recente.	Indústria é um importante fator gerador de dinamismo da economia brasileira.	Crise da dívida externa (final déc 1970), tendência mundial de perda de espaço da indústria para os serviços.	Investimento em atividades inovadoras e em políticas industriais, tecnológicas, de educação e infraestrutura.
<b>Elite empresarial</b>	Sim, de maneira reversível.	Responsável por liderar a taxa de crescimento agregada da economia.	Crise inflacionária e meios adotados para combater a hiperinflação na década de 1980, elevado ‘custo Brasil’, além da drástica mudança no regime de política econômica do país na década seguinte.	Aumento no nível da taxa de investimento associada à inovação tecnológica para todos os ramos da indústria redução do ‘custo Brasil’

Fonte: elaboração própria.

A desindustrialização para os liberais foi vista por muito tempo como um fenômeno que não atingia o Brasil. O acesso à informação e o caminho seguido pela indústria brasileira, principalmente após a crise de 2008, convenceram os autores de que a indústria brasileira tem perdido elos de sua cadeia produtiva ao longo dos anos. Ao contrário dos autores da linha desenvolvimentista, estes acreditam que a desindustrialização brasileira se deu em consequência dos ganhos de produtividade da agricultura e do setor de serviços na década de 1980, de maneira que a abertura comercial e financeira da década seguinte não seria a responsável pelos efeitos na indústria.

A maioria dos trabalhos publicados por instituições ligadas à tecnocracia estatal admite que a indústria brasileira venha sofrendo perdas significativas de participação principalmente no valor adicionado. Apesar de considerar o cenário preocupante, essas instituições prezam por cautela e evitam rotular o movimento da indústria brasileira dos últimos anos como desindustrialização.

Por fim, a elite empresarial afirma que o Brasil vem passando por um processo de desindustrialização que preocupa os empresários de diversos ramos industriais. A partir da leitura do IEDI, entende-se que a retomada do dinamismo industrial dependem fundamentalmente de um aumento da taxa de investimento, público e privado. Além do investimento, deve haver um esforço no sentido da inovação tecnológica para todos os ramos da indústria, de maneira que o padrão de crescimento do país melhore. Já para a FIESP, o contorno aos desafios da desindustrialização exigiria um conjunto de reformas institucionais e no ambiente de negócios que reduzissem o “custo Brasil”, incrementando a produtividade do parque produtivo local. Ainda no que diz respeito às medidas necessárias à retomada do dinamismo industrial, , uma das principais diferenças entre os sociais e novo desenvolvimentistas são as ferramentas apontadas para o combate ao cenário de perda de participação da indústria no PIB. Para os sociais desenvolvimentistas, é necessário que a capacidade da estrutura produtiva aproveite as oportunidades do novo contexto interno e externo para retomar seu crescimento e, com isso, a indústria volte a espriar dinamismo ao restante da economia. Ou seja, autores como Sarti e Hiratuka (2011) defendem que a indústria brasileira deve ter um papel mais ativo no desenvolvimento econômico do país. Para tanto, deve-se constituir um círculo virtuoso sustentado pela geração de renda e emprego no mercado interno, fomentando novos investimentos, capacitação tecnológica e maior inserção externa no longo prazo.

Para os autores novo desenvolvimentistas, entretanto, a solução para o problema da desindustrialização consiste em combater sua causa, segundo eles: a taxa de câmbio sobreapreciada. A solução para as recentes perdas da indústria, segundo os autores liberais, por outro lado, consiste em manter uma estrutura produtiva enxuta, especializada e internacionalizada. Esta corrente classifica a exposição ao cenário externo e à mobilidade do capital produtivo e financeiro como os fatores necessários e suficientes para a configuração de uma estrutura produtiva com setores competitivos. Ou seja, o ambiente de comércio internacional é capaz de gerar incentivos de produtividade que farão com que as empresas e a indústria se especializem em bens que possuem vantagens comparativas. Nesse contexto, os incentivos governamentais aos setores que enfrentam dificuldades na indústria brasileira fariam com que os recursos fossem mal alocados. Assim, os bens intensivos em recursos naturais poderiam promover o crescimento econômico à medida que trariam competitividade e produtividade à indústria brasileira, segundo a visão dos autores liberais.

### **REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

- BACHA, E. *Existe uma cura para a doença brasileira?* Valor Econômico, São Paulo: 11 de março de 2013.
- BENAVENTE, J. et al. Nuevos problemas y oportunidades en el desarrollo industrial de América Latina. *Cuadernos de Economía*, v. 15, n. 25, p. 33-67, 2010.
- BONNELLI, R. e PESSOA, S. A. “*Desindustrialização no Brasil: Um Resumo da evidência*”. Faculdade Getúlio Vargas: Texto para Discussão n. 7. 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. e MARCONI, N. Existe Doença Holandesa no Brasil? In: Bresser-Pereira, L. C. (org.), *Doença holandesa e indústria* (coletânea). Editora FGV. RJ., 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e Competição. Por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2009.
- CANO, W. *A desindustrialização no Brasil*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Texto para Discussão IE/Unicamp, n. 200, 2012.
- CIMOLI, M. et al. Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina. 2005.
- COMIN, A. *A desindustrialização truncada: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro*. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P.; ALMEIDA, J. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil*. São Paulo: Estudos IEDI, 2005.

FEIJÓ, C.A.; CARVALHO, P. Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente. São Paulo: Estudos IEDI, 2007.

FEIJÓ, C. A. e LAMÔNICA, M. T. Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria brasileira. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 5, n. 3. Setembro de 2009.

FIESP (2011). *O processo de desindustrialização*. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos.

FURTADO, C. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 3ª edição. 2000.

GAMA, M. M. Criatividade e desenvolvimento. *BNDES 60 anos: perspectivas setoriais*, v. 2, p. 160-189. BNDES, Rio de Janeiro, 2012.

KALDOR, N. *Problems of Industrialization in Underdeveloped Countries*. Ithaca: Cornell University Press. 1967.

NASSIF, A.. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de economia política*, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

NASSIF, A.; FEIJÓ, C.A.; ARAÚJO, E. *Structural change and economic development: is Brazil catching up or falling behind?* Discussion papers. United Nations Conference on Trade and Development. Outubro de 2013. Nº 211.

OREIRO, J. L. Desindustrialização: o debate sobre o caso brasileiro. Opinião Econômica. *Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON*, 05 de agosto de 2011, p. 24-29. 2011.

OREIRO, J. L. e FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

PALMA, J. G. *Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”*. Trabalho apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, organizada pela FIESP e IEDI. Centro Cultural da FIESP, 28 de Agosto de 2005.

PUGA, F. Aumento das importações não gerou desindustrialização. *Visão do Desenvolvimento BNDES*, n. 26, 2007.

ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. Growth, Trade and Deindustrialization. *IMF Staff Papers*, 1999, v. 46, n. 1.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, 2009, v. 33.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. *Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros*. Campinas: Unicamp. IE, 2011. Texto para Discussão, n. 187. 2011.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. *Indústria mundial: mudanças e tendências recentes*. Campinas: Unicamp. IE, 2010. 34p. Texto para Discussão, n. 186. 2010.

THIRLWALL, A. P. *A Natureza do Crescimento Econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações*. Editora do IPEA. Brasília. 2005;

THIRLWALL, A. P. A plain man's guide to Kaldor's growth laws. *Journal of Post Keynesian Economics*. 5(3), 345-358. 1983.

THIRLWALL, A. P.; MCCOMBIE, J. S. L. *Economic Growth and the Balance-of-Payments Constraint*. Grã-Bretanha: Macmillan Press LTD, 1994.

TORRES, R. L. e CAVALIERI, H. *Uma Crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil*. Anais do 40º Encontro Nacional de Economia Anpec, 2012.